

# Para além do Complexo de Édipo?

Cleide Monteiro

Resenha de Nora Beatriz Susmanscky de Miguelez, *Complexo de Édipo*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2007, 181 p.

Ao abrir o livro intitulado *Complexo de Édipo*, uma surpresa me aguardava. Na folha interna, constava: *Complexo de Édipo: novas psicopatologias, novas mulheres, novos homens*. Uma abrangência, uma ampliação para as questões atuais que me instigou instantaneamente. Também me interroguei sobre o porquê da escolha do nome resumido na capa, sendo este um tema relevante e clássico para a psicanálise. Observei também a lista de agradecimentos na qual a autora evidencia que manteve interlocução com psicanalistas envolvidos na busca de referenciais para pensar a conjuntura subjetiva e social da atualidade.

Uma inversão se apresenta no prólogo. Nele se comunica que o tema do livro é “as novas patologias, os novos homens, as novas mulheres” (p. 11).

Em função desse propósito se imporá “tratar do amplo tema do complexo de Édipo, na medida em que é no interior dele que decantam e se decidem a feminilidade, a masculinidade e as patologias” (p. 11). E ainda mais. Tem “a in-

**Cleide Monteiro** é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, no qual exerce atividade de transmissão no Curso Psicanálise e no Grupo de Transmissão e Estudos de Psicanálise (GTEP). Participa do grupo de trabalho e pesquisa Psicanálise e Contemporaneidade no mesmo departamento.

tenção de aprofundar e fazer trabalhar – se não responder – uma série de interrogantes surgidos no encontro entre minha clínica e o diálogo com uma parte da bibliografia psicanalítica atual pós-freudiana e pós-lacanianana” (p. 11).

Com essa literatura, diz a autora compartilhar dois pontos de vista: o primeiro consiste em outorgar valor fundamental a uma visão histórica das transformações na cultura e nos modos de subjetivação; o segundo é atribuir um valor central ao complexo de Édipo.

A introdução nos coloca diante de um interessante e atual plano de vôo, no qual as coordenadas são: o complexo de Édipo como complexo nuclear cuja universalidade e transcendência cabe questionar. Segue-se uma seqüência de perguntas que anunciam o grau de imersão nessa problemática que a autora promoverá. São elas:

Seria o complexo de Édipo predicado para todo sujeito humano, em qualquer cultura ou época histórica?

Sempre foi o cristalizador das subjetividades e sempre o será?

Seu domínio limita-se ao âmbito de nossa cultura ocidental ou estende-se além dela?

Quando se fala em “novas psicopatologias”, não é lícito interrogar-se se elas estão ou não inseridas no marco edipiano? Seriam “novas” apenas nos sintomas, ou estão excluídas do âmbito de incumbências do complexo?

O “masculino” e o “feminino” freudianos e suas versões neuróticas (“o” obsessivo e “a” histérica) continuam a ser moldados pelo Édipo clássico?

As profundas modificações nas famílias, centrais de operações edipianas, não imprimem transformações no processamento e desenlace do complexo? (p. 15 e 16).

Nora Miguelez refere-se aos autores que questionaram a universalidade do conceito e utilizará uma distinção entre o sentido estrito e sentido amplo desse complexo, como ordenador dos problemas a serem pesquisados. Em sentido estrito, remete às questões das novas formas de feminilidade e masculinidade assim como aquelas centradas nas psicopatologias contemporâneas. Relacionam-se portanto com o complexo,

já que é no seu interior que se decidem sexuação e “escolha” da psicopatologia.

Propõe-se ainda a discutir com os autores J. A. Miller, J. J. Rassial, J. P. Lebrun, que atribuem um valor central à consideração do complexo de Édipo na estrutura subjetiva, mas anuncia suas divergências em relação a eles.

Manifesta a idéia de que as assim chamadas “novas patologias” não podem ser analisadas pelos parâmetros de outra configuração cultural, no caso a vigente no patriarcado, visto ser quase unanimidade, entre os autores que tratam do tema da contemporaneidade, a descrição das profundas mudanças que estão em processo nos parâmetros dos valores, das relações humanas, nos papéis masculino e feminino, na economia agora globalizada.

O livro propõe-se a discutir e teorizar a fim de construir novos pontos de vista.

A autora fará um percurso cuidadoso pelas diferentes formulações do complexo de Édipo presentes na obra freudiana, para que sirva como contexto de referência dos pontos de vista considerados “clássicos”, de modo que seja possível tecer considerações sobre as transformações e o novo.

O complexo de Édipo em sentido amplo aponta para questões ligadas à proibição do incesto. Desdobra-se em perguntas sobre sua vigência, ou não, na cultura contemporânea, as transições possíveis, as modalidades nas quais se faz ou não presente e é a ele (em sentido amplo) que se atualizam as perguntas referidas às culturas diferentes da tradicional, presentes ou passadas, assim como as que se podem formular no contexto dos diversos tipos de família a ser consideradas.

A autora ressalta a necessidade de levar-se em conta a correlação entre os aspectos – estrito e amplo – do complexo de Édipo.

No capítulo 1, denominado “O Complexo de Édipo em Freud”, encontra-se um exaustivo percurso nos textos, através dos quais são destacados os diversos momentos da construção do conceito, seus antecedentes, a maneira pela qual Freud incorpora num conceito intuições, idéias

anteriores, avanços e recuos na abrangência que lhe atribui. A exegese dos textos demonstra a progressiva mas não linear importância, como eixo central, que o complexo de Édipo adquirirá no final da obra freudiana e a universalidade e a transcendência que adquirirá.

Também destaca a relação sujeito e cultura com referência à proibição do incesto, as mudanças do fator etiológico, a mudança na definição do tipo de objeto, o vai-e-vem do lugar ocupado pelos impulsos hostis, a complexidade crescente que o conceito de identificação adquire, a segunda teoria pulsional e o complexo de Édipo composto, e conclui esse trajeto relacionando num subtítulo a problemática edípica centrada no complexo de castração, utilizando o mesmo método de leitura cuidadoso e exaustivo dos textos de Freud.

Partindo da análise do pequeno Hans (Freud, 1909), na qual o complexo de castração ganhará a função de motor do recalçamento da configuração edípica positiva no menino, prosseguirá mostrando por quais caminhos tornar-se-á o conceito central na produção, evolução e destino do complexo de Édipo.

O capítulo 2 tem por título “Modulações do Édipo” e objetiva dar conta da questão “da vigência, na atualidade, do padrão clássico do Complexo de Édipo, tal como Freud o anunciou” (p. 87).

A partir de autores que compartilham o princípio de uma mudança gerada na cultura e na sociedade, pela qual a queda do poder patriarcal retira a sustentação da função paterna do pai, Nora Miguez baseia sua reflexão na escuta da clínica psicanalítica, a partir da qual questiona determinada visão de que as subjetividades tenderiam a uma oscilação e não definição, ou à perversão, ou à psicose. Suas críticas nesse ponto são contundentes, envolvendo questionamentos sobre o risco de uma posição saudosista e anti-histórica, sobre a situação subjetiva do analista que viveria num outro mundo. Estariam tais autores propondo que a análise tivesse uma função ortopédica para a função paterna, questiona-se,

defendendo que a “proibição fundante, que interdita o incesto, continua a ter validade” (p. 99) na atualidade.

Para dar consistência a essa tese, central no livro, Susmansky de Miguelez utiliza ainda autores que estudam as formas de poder e de organização social ao longo de vários períodos da história: M. Foucault, G. Agamben, S. Zizek, G. Deleuze, M. Hardt e psicanalistas que, desenvolvendo a mesma temática, não supõem um vazio de poder na atualidade, mas esboçam possibilidades de outras formas de construções subjetivas. São eles: J. Birman, J. Gondar, M. C. Antunes e T. Coelho dos Santos.

Destacará, então, que a atual normatividade da sociedade, mesmo alterada em relação ao padrão “clássico patriarcal”, sustenta proibições fundantes. Não há *laissez-faire*, muito ao contrário, ampliaram-se os controles e estes são rígidos; o biopoder, próprio das sociedades disciplinares e de controle, organiza novas legalidades e restrições, portanto, não considera necessária a restauração da função paterna. Outros poderes surgiram nesse lugar. A partir desse percurso, afirma a vigência do complexo de Édipo em sentido amplo, pois tanto a sociedade de controle, quanto a vigente atualmente

não desobrigam da renúncia incestuosa, da troca e do laço social, os sujeitos que constituem. As novas potências continuam a arrebatar infantes e a transformá-los em elementos úteis para os objetivos sociais, colonizados pela cultura, mesmo que sejam cunhados como tais, a partir de dispositivos não patriarcais (p. 112).

Ao analisar a validade do conceito de Complexo de Édipo em sentido estrito, afirma que existem motivos para considerá-lo vigente e válido. O primeiro deles é que continuamos no que denominou espaço de interseção entre dispositivos da sexualidade e da aliança, seguindo a formulação de Foucault. O segundo é que o complexo de Édipo se desenvolve no âmbito da família, que define como uma instituição híbrida, pois sua origem é anterior à constituição da

sociedade disciplinar e que tem como característica a lentidão e a dificuldade de transformar-se, mantendo ainda hoje o modelo de funcionamento de “fábrica edipiana”. Também no cuidado com as crianças há lugar para hierarquia, mesmo que implícita. Com esses argumentos, reitera não ser possível desconsiderar a vigência do complexo de Édipo em sentido estrito. Em defesa de sua posição, sugere que o nome de função paterna deveria ser trocado, pois evoca uma visão patriarcal da teoria psicanalítica.

Afirma que “continua-se a estar atravessado pelas injunções da cultura, refém dos tipos de poder que regem a história atual. Também os sujeitos “individualistas ou narcisistas”, que são tão amplamente descritos na literatura psicanalítica como protótipos da contemporaneidade, não fogem dessa determinação. No lugar de pensá-los como seres retraídos, incapazes de estabelecer laços sociais, talvez devêssemos considerá-los como os mais ligados, já que são os mandatos de uma cultura, que incentiva e fomenta o individualismo e o narcisismo, que eles refletem com seu estilo de subjetivação. Não se trata de déficit de simbolização, nem falta de falta de constituição superegóica” (p. 117).

Do pânico à anorexia, do vício às mais variadas compulsões consumistas, as “novas doenças” podem ser testemunhas da sujeição superegóica aos mandatos atuais da cultura (p. 117).

Ganha destaque no livro o trecho no qual a autora descreve e comenta as idéias de Michel Tort sobre o fim do dogma paterno. Nele, o autor questiona os efeitos somente negativos do declínio da função paterna para a constituição do sujeito. “Os poderes paternos não desapareceram na libertinagem, mas foram transferidos para o Estado, para as instituições formais e informais da sociedade, para as mães etc.” (p. 122), idéias que corroboram as da autora.

Após esse longo recorrido, reafirma-se a vigência do Complexo de Édipo, por considerar que vivemos ainda em uma etapa de transição

entre modelos de poder social, na qual as patologias ainda poderiam estar dentro dos limites de inteligibilidade que conhecemos.

O que não deixa de surpreender na defesa que a autora faz de que sempre haverá normatividade reguladora, ou melhor, constituinte do social, é de que a imensa alteração ocorrida na interpretação da experiência de existir de que somos testemunhas não tenha produzido nenhuma mudança estrutural relevante. A hipótese de que o complexo de Édipo não seja mais um articulador da construção de subjetividades, na sua vertente de limitação do gozo, e de que outro modelo teria de ser formulado, fica colocado para um futuro ainda não visualizável. A vigência do complexo de Édipo em sentido estrito, sustentado no modelo de família no qual a hierarquia mesmo que implícita esteja presente, defendida pela autora, não aborda a questão de que lugares estão em jogo nessa dinâmica atualmente. É possível pensar que a consequência de tamanha transformação nos modelos de ser homem e mulheres esteja contemplada “mais pelos conteúdos identificatórios que definiriam os homens e as mulheres atuais, do que por diferenças de procedimento?” (p. 168).

Considero pertinente o questionamento pela psicanálise dos efeitos da proposta colocada em ato pela nova ordem mundial globalizada vigente. Por ser consequência de interesses de grupos detentores do poder, baseados em uma

lógica que propaga o princípio do custo-benefício como único articulador das ações humanas, para dizer o mínimo, e não advir de nenhuma ordem natural frente à qual só restaria lamentar, podemos seguir S. Freud na política de avaliar a proposta da contemporaneidade e o mal-estar que produz. Não estamos convocados a ter ideais cada vez mais excludentes da relação com o outro? A multiplicidade de poderes que ocupou o lugar vago do poder patriarcal é sustentada em quais princípios reguladores? E isso não importa para o resultado que advirá? Qual a diferença entre lei e norma?

Caberia colocar que a clínica atual pode estar nos defrontando com a ausência do referente da lei e que, nesse sentido, a psicanálise e os psicanalistas estão tentando pensar que escuta é possível a partir daí. Questões sobre a crueldade superegóica a partir de sua matriz pulsional, a consequente submissão a mandatos do ego ideal e a ameaça de exclusão da categoria dos humanos que persegue as formas singulares dos sujeitos continuam a estimular a reflexão contemporânea.

Este livro cumpre a função de estimular a continuidade da reflexão, da pesquisa e do debate. Cabe portanto endereçar à autora o agradecimento que ela mesma fez a Michel Tort, pois a vivacidade de seu texto, seu rigor, seu vigor, seus argumentos propiciam “a remoção de obstáculos para pensar” (p. 132), e isso não é pouca coisa.